

Ulysses recua e adia início da votação no plenário

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, comunicou oficialmente que a Mesa, em reunião realizada com as lideranças de todos os partidos, revogou a decisão de iniciar a votação do substitutivo no plenário e vai aguardar a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização, que terão o ritmo intensificado.

"O projeto deve ser remetido no dia 16 ou 17 de novembro ao plenário", avaliou Ulysses, graças à convocação de diversas sessões extraordinárias da Sistematização. Ela se reunirá, a partir de agora, também nos domingos, com duas sessões, e nas manhãs das quartas-feiras e das quintas-feiras, antes reservadas para o plenário.

Até o fim dos trabalhos da Sistematização, o plenário se limitará ao pinga-fogo — discursos curtos dos constituintes — e às intervenções das lideranças dos partidos, sem votação de qualquer matéria. Com essa decisão, Ulysses quis reti-

rar qualquer argumento dos setores conservadores da Constituinte, que pretendiam recorrer à Justiça contra a votação simultânea na Sistematização e no plenário, alegando que isso feria o regimento interno da Constituinte.

"Repeli essa interpretação atentatória à soberania da Constituinte", disse Ulysses em tom duro. "Foi só uma ameaça. Ou melhor, uma pseudo-ameaça, porque qualquer juiz de roça julgaria inepta uma pretensão dessa ordem."

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, negou que tivesse concordado, na reunião dos líderes, com a mudança. "Eu disse que não teria restrições se os coordenadores do grupo que está recolhendo 280 assinaturas para reformar o regimento não se opusessem", afirmou. Ulysses, porém, não voltou atrás da decisão.

A estratégia adotada por Ulysses para esvaziar o movimento do chamado *centrão* — uma aliança de moderados e conservadores — foi acertada terça-feira passada, em reunião com o líder do

PMDB na Constituinte, senador Mário Covas; o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso; o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ); e o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ulysses acolheu a opinião de que os conservadores e moderados, apesar da expressão numérica da articulação, não obteriam os 280 votos necessários para mudar o regimento e impor emendas no plenário. Convencido da insuficiência de votos do *centrão*, o presidente da Constituinte sustou o funcionamento simultâneo do plenário e da Sistematização e determinou que os trabalhos da comissão fossem acelerados.

O senador Mário Covas acredita que a neutralização definitiva do *centrão* poderá ocorrer no plenário, com a permissão para recebimento de emendas ao substitutivo de Bernardo Cabral. Essa tese tem apoio de todos os partidos.

Pontos aprovados que ainda causam polêmica

Demissão

A garantia do emprego, protegido contra "despedida imotivada", é um dos tópicos mais polêmicos do texto aprovado até agora. No mesmo capítulo dos Direitos Sociais figuram também o pagamento da hora extra em dobro e a concessão de 120 dias de licença-maternidade, em lugar dos 90 que a lei prevê atualmente.

Jornada

A redução da jornada semanal de trabalho a 44 horas peretence ao mesmo capítulo. Na esfera das relações de trabalho foram aprovadas ainda a liberdade de irrestrita de greve e a manutenção da unicidade sindical, contestada por empresários e pelo PT. Houve também a extensão às empregadas domésticas de direitos dos demais trabalhadores.

Regime

O sistema de governo — foi aprovado o parlamentarismo — é a questão política crucial, ao lado da duração do mandato do presidente Sarney, a ser discutida no final. Grande novidade foi a extensão do direito de voto — facultativo — aos jovens de 16 anos de idade. E muita gente não aceita que o terrorismo deixe de ser crime imprescritível.

Censura

A definição da censura classificatória (por idade) como apenas indicativa provocou polêmica: uns acham que o governo não pode impedir o acesso de menores, apenas indicar que o filme ou espetáculo não é recomendado; outros acham que pode. A questão do aborto — que continua sendo legal, em alguns casos — sempre é muito controversa.

Como o grupo ganhou força

Todas as pesquisas feitas no início do funcionamento da Constituinte indicaram que a maioria dos parlamentares se considerava de centro. Esse centro, que deveria desenhar o perfil da futura Constituição, jamais conseguiu se organizar, nem quando o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) lançou um manifesto e tentou recolher assinaturas de apoio. Ou seja, o centro existia, parecia uma sombra pairando sobre a Constituinte, mas não só não impunha sua força como até frequentemente era derrotado pelos progressistas.

O que levou de repente essa fatia de parlamentares a se juntar em aparente movimento de força para tentar mudar o Regimento Interno da Constituinte e permitir no plenário a substituição, através de destaques, de artigos isolados ou de capítulos inteiros aprovados pela Comissão de Sistematização?

São tantos os interesses contrariados durante a votação que se arrasta desde 23 de agosto na Sistematização que inevitavelmente se somariam à frustração dos autores de milhares de emendas rejeitadas e dariam corpo a uma articulação do centro. O movimento que fez Ulysses voltar atrás e adiar o início da votação no plenário nasceu, a rigor, da mobilização de "um dos grupos contrariados, o dos empresários, há duas semanas, e sensibilizou, inicialmente, os representantes da classe na Constituinte. Depois, a iniciativa seduziu faixas mais amplas dos moderados e representantes da direita e do centro-liberal espalhados pelos pequenos partidos."

Coordenadores do movimento, que não o consideram com nome definido, embora seja identificado como *centrão*, informaram que a idéia de fazer valer a força da maioria decorreu da constatação de que tudo o que a Comissão de Sistematização está decidindo, com predominância das chamadas forças progressistas, dificilmente poderia ser mudado no plenário da Constituinte, se a iniciativa partisse de destaques rejeitados em primeira instância.

Objetivos — Os objetivos básicos do movimento são dois: lutar contra a ampliação das faixas de estatização da economia e contra o que os organizadores chamam de subversão da ordem social — detendo-se, entre outras iniciativas aprovadas pela Sistematização, na proibição da demissão imotivada. Essa primeira meta é que impede deputados do PDT, simpáticos à causa da mudança do Regimento Interno da Constituinte, de assinarem o documento que 21 parlamentares, tidos como coordenadores do movimento, carregam em suas pastas. Estão entre esses pedetistas o fluminense Feres Na-

der, o amazense José Fernandes e o gaúcho João de Deus Antunes. O paulista Ademar de Barros Filho não terá, porém, a mesma cautela, segundo mandou avisar aos dirigentes do partido do ex-governador Leonel Brizola.

Entre a tarde da última sexta-feira e a noite de anteontem, quando o movimento ganhou corpo, havia uma preocupação generalizada dos seus 17 coordenadores: evitar qualquer vinculação com o chamado Centro Democrático, uma criação do deputado Expedito Machado, que conta com o apoio do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. Dois desses coordenadores não pouparam críticas a Machado, acusando-o de manobrar com um poder que não tem para tirar vantagens do Palácio do Planalto.

Os coordenadores do movimento creditam a Expedito, ainda, um desgaste inicial na exploração à maioria parlamentar das suas verdadeiras intenções. É que o líder do Centro Democrático fez espalhar a idéia de impetrar no STF mandado contra a Mesa da Constituinte. Garantem que o mandato jamais foi cogitado. Eles contestam, ainda, declarações atribuídas a Expedito de que o grupo majoritário partiria para a apresentação de um substitutivo a todo o anteprojeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral.

Carona — Expedito Machado, Carlos Sant'Anna e o próprio Palácio do Planalto estão entrando de carona no movimento que foi lançado, inicialmente, pelos deputados Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). O grupo cresceu, há duas semanas, quando as reuniões se tornaram mais frequentes e exigiu, para a coleta das 280 assinaturas necessárias (maioria absoluta, ou metade mais um dos 559 constituintes), a designação de 18 coordenadores: Dasso Coimbra (PMDB-RJ), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Ricardo Fiuza, Roberto Cardoso Alves, Eraldo Tinoco (PFL-BA), Rita Furtado (PFL-RO), Oscar Corrêa (PFL-MG), Darcy Pozza (PDS-RS), Rosa Prata (PMDB-MG), Ricardo Izar (PFL-SP), Oswaldo Almeida (PL-RJ), Waldeck Ornellas (PFL-BA), Cunha Bueno (PDS-SP), José Lins (PFL-CE), Vitor Fontana (PFL-SC), Del Bosco Amaral (PFL-SP), Siqueira Campos (PDC-GO) e Gastone Righi (PTB-SP).

Por coincidência, cerca de 80% dos que querem mudar as regras da Constituinte são presidencialistas, segundo os coordenadores. Isso, entretanto, não significa uma vitória do presidente Sarney: o grupo não quer desviar sua atenção dos temas econômicos e sociais e foga da discussão sobre o sistema de governo e a duração do mandato do presidente.

Meta do Centro é área social

O deputado Expedito Machado, um dos líderes do grupo Centro Democrático do PMDB, apesar de comemorar o sucesso do movimento para alterar o regimento da Constituinte, não pode assegurar ao presidente Sarney nem o presidencialismo, nem os cinco anos de mandato. "Nós estamos unidos em torno da necessidade de alterar o regimento para abrir a participação de todos parlamentares na Constituinte, mas longe da unanimidade em torno do presidencialismo e do tamanho do mandato do presidente Sarney", disse. A tarde, ele já tinha as 280 assinaturas necessárias para mudar o regimento.

O Centro Democrático faz parte do grupo do "Centrão", grupo suprapartidário, mas não detém o controle sobre ele. O "Centrão", explica Expedito Machado, reuniu tendências e partidos no descontentamento dos parlamentares com a Comissão de Sistematização, mas terá poucos temas em comum no debate em plenário. Não tocará no sistema de governo, nem no mandato do presidente Sarney, deixando que cada um vote de acordo com a própria vontade, mas se une em torno da questão social.

Área social — Caso consiga efetivamente alterar o regimento, os deputados do Centro apresentarão emenda derrubando a estabilidade no trabalho, trocando-a por um sistema de indenização mais vantajoso que o vigente. Querem derrubar ainda a licença-gravidez de quatro meses e jogar a questão da jornada de trabalho para legislação ordinária.

A reforma agrária, ainda de acordo com Machado, unirá o Centro a toda a direita do Congresso. O deputado reconhece que só com a união de todas as forças conservadoras poderá ser alterado o substitutivo. A polêmica é em torno do ato de emissão de posse, que de acordo com o substitutivo, será automaticamente emitido caso o juiz não decida a questão em noventa dias.

Quanto ao sistema de governo, o deputado diz que o "Centrão" tem parlamentaristas históricos, que votarão por convicção, e oportunistas, que votam contra o presidente Sarney. O "Centro Democrático", no seu grupo original de 110 parlamentares, jamais conseguiu um consenso em torno do sistema de governo, disse.

Na avaliação do deputado é menos difícil hoje se obter os cinco anos que derrubar o parlamentarismo, mas mesmo assim vê a cada dia crescer mesmo entre seus aliados, o número de adeptos ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

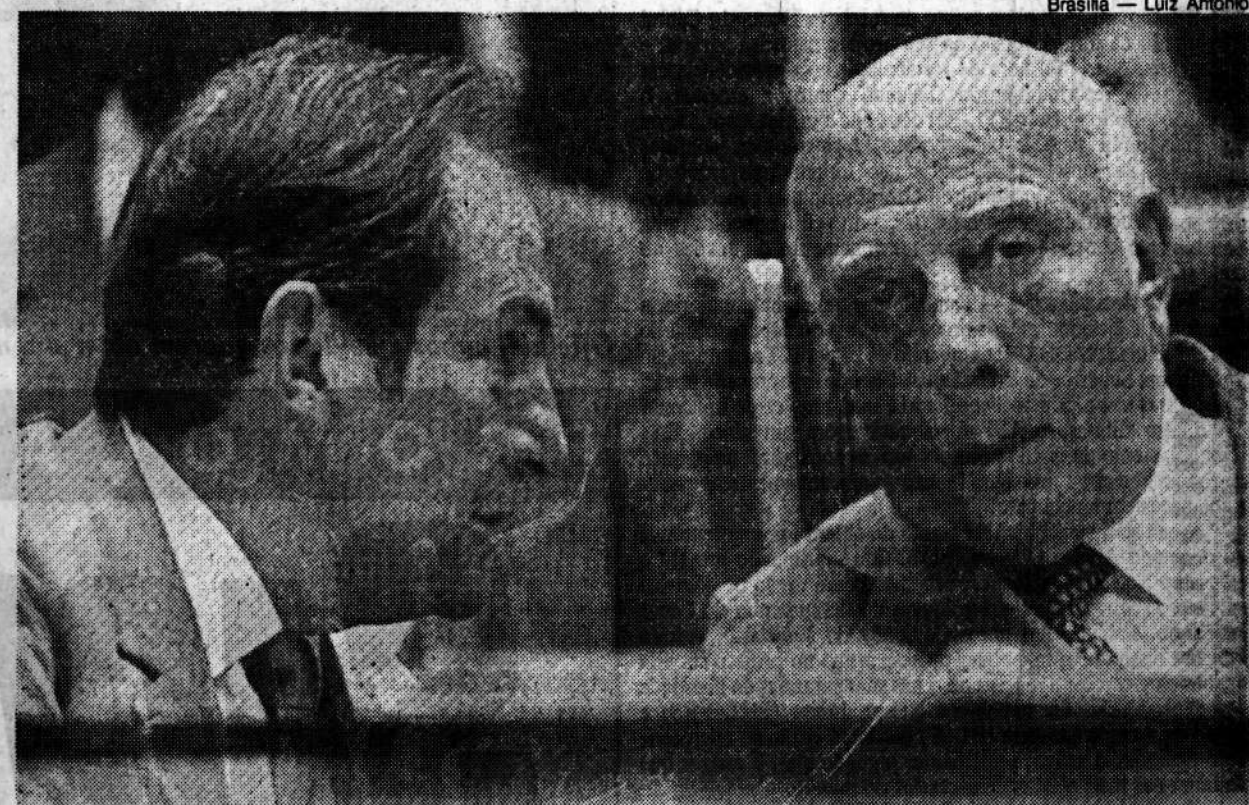
Documento perde nomes

Na matemática da Constituinte, as 280 assinaturas que os parlamentares moderados e conservadores dizem ter conseguido, para apresentar o projeto de resolução, não resultarão em 280 votos. Lúcio Alcântara, por exemplo, disse que não pretende acompanhar o *Centrão* na maior parte das votações. "Assinei para dar a eles uma alternativa democrática de aperfeiçoar o projeto constitucional aprovado na Sistematização, mas deixei bem claro que isso não comprometia minhas posições em nenhum assunto."

Argumento igual é usado por outros constituintes do PFL, como Maria de Lourdes Abadia, Jayme Santana, José Thomás Nonô e Antônio Carlos Mendes Thame. Há ainda constituintes que, alegando terem se enganado, já retiraram suas assinaturas. Neste caso está Fernando Gasparian (PMDB-SP).

"Não acredito que tenha havido má fé, mas, ao me pedir a assinatura, o Darcy Pozza (PDS-RS) disse que o objetivo era mudar o Regimento de forma a permitir a apresentação de emendas relativas a seções inteiras ou capítulos. Eu tinha interesse nisso porque gostaria de restabelecer na área financeira o que foi aprovado na subcomissão. Depois, me surpreendeu a dimensão política do documento, por isso retirei a assinatura."

O mesmo fizeram os quatro deputados do PDT. Chico Humberto, Adroaldo Streck, João de Deus e José Fernandes. O próprio secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, estava assustado com os objetivos do *Centrão*. "Assinei para possibilitar a apresentação de novas emendas, mas não voto com eles em grande parte dos principais assuntos."



Ulysses tenta conter investida do Centrão contra o substitutivo de Cabral

Ulysses age para superar o impasse

No final da tarde de ontem, o projeto que pretende alterar o regimento interno da Constituinte para permitir novas emendas ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral dependia de pouco mais de dez assinaturas para alcançar as 280 — metade mais um do total de 559 deputados e senadores constituintes. Hoje ou amanhã, o projeto deverá ser entregue, oficialmente, ao deputado Ulysses Guimarães. Pouco importa, a essa altura, que a marca das 280 assinaturas seja alcançada ou não — ou que o projeto coleccione 300 apoios, como desejam seus inspiradores.

Deu certo, em parte já é vitorioso e começou a produzir seus efeitos o movimento articulado por constituintes de direita e do centro é que foi capaz de atrair a adesão de moderados e de liberais de quase todos os partidos. O deputado Ulysses Guimarães revogou sua decisão de permitir o funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário da Constituinte.

Pelotão organizado

Quando o projeto de Constituição começou a ser votado no plenário da Constituinte, a direita e o centro pretendem atuar de forma organizada. Haverá 30 constituintes encarregados de repassar, para os demais, a orientação sobre como deverão votar cada questão. São os "secretários-coordenadores". Acima deles estarão os líderes dos partidos engajados no movimento — PFL, PDS, PDC, PL e siglas menores. Com o título de "coordenadores de apoio logístico", agirão, acima dos líderes partidários, os verdadeiros líderes do movimento.

Enxugou o prazo dado à comissão para que vote o projeto de Constituição de Cabral. Estuda uma fórmula que propicie uma abertura para a apresentação limitada de emendas novas ao projeto. "O Congresso é uma casa que pratica, democraticamente, a negociação", argumenta Ulysses. "Tudo que vise a melhorar a futura Constituição deve ser levado em conta".

Uma vez mais, Ulysses se move com extrema competência e habilidade para contornar o impasse que poderia emperrar, de vez, o processo constituinte. Conseguiu, de um lado, desarmar o espírito de constituintes de direita que ameaçavam, até, ingressar com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal para contestar o modo como o projeto de Constituição vem sendo votado e para pôr em cheque o próprio regimento da Constituinte. Do outro lado, Ulysses convenceu a esquerda da necessidade de adiar o início da votação do projeto no plenário da Constituinte.

A brecha que será aberta no regimento para o oferecimento de novas emendas ao projeto de Cabral obrigará que se pratique, à exaustão, o entendimento entre todas as correntes políticas da Constituinte. Nenhuma delas, sozinha, reúne hoje 280 deputados e senadores para aprovar no plenário qualquer mudança no projeto que a Comissão de Sistematização deverá votar até o próximo dia 17. O entendimento, por sinal, já está em curso — o senador José

Richa (PMDB-PR), por exemplo, começou a se encontrar com os líderes do movimento, à direita e ao centro.

O elenco de emendas ao projeto de Cabral que a direita e o centro imaginam apresentar no plenário da Constituinte deverá contemplar algo em torno de dez pontos — entre eles, a garantia do emprego contra a demissão imotivada, o salário mínimo nacional unificado, a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa, o pagamento em dobro da hora extra e a redução da jornada de trabalho. Para desgosto de Sarney, os líderes do movimento já o informaram que não oferecerão emendas sobre sistema de governo e o tamanho do seu mandato.

"Essas duas são questões que nos dividiriam", raciocina, com lógica, o deputado Fiuza.

Os deputados e senadores que costumam ser identificados como líderes da direita e do centro da Constituinte estão a reboque do movimento que quer alterar o regimento interno da assembleia. O deputado Delfim Netto, por exemplo, telefonou ontem pela manhã para o deputado Ricardo Fiuza e indagou: "Quais são as novidades? Diga o que posso fazer?". O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) acompanha tudo à distância. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, tem recebido missões para cumprir — e as tem cumprido com eficiência.

Festival de emendas

O regimento interno da Constituinte prevê que todas as emendas oferecidas, até agora, ao projeto de Constituição, poderão ser votadas no plenário — mesmo que tenham sido, como foram, votadas nas fases que o processo constituinte já esgotou até aqui. São cerca de 35 mil emendas ao projeto, que tem, por ora, 336 artigos. Três mil delas, pelo menos, já conseguiram o número de assinaturas suficientes para que sejam, obrigatoriamente, votadas no plenário. Das três mil, só a direita apresentou, anteontem, cerca de 300.

Ricardo Noblat

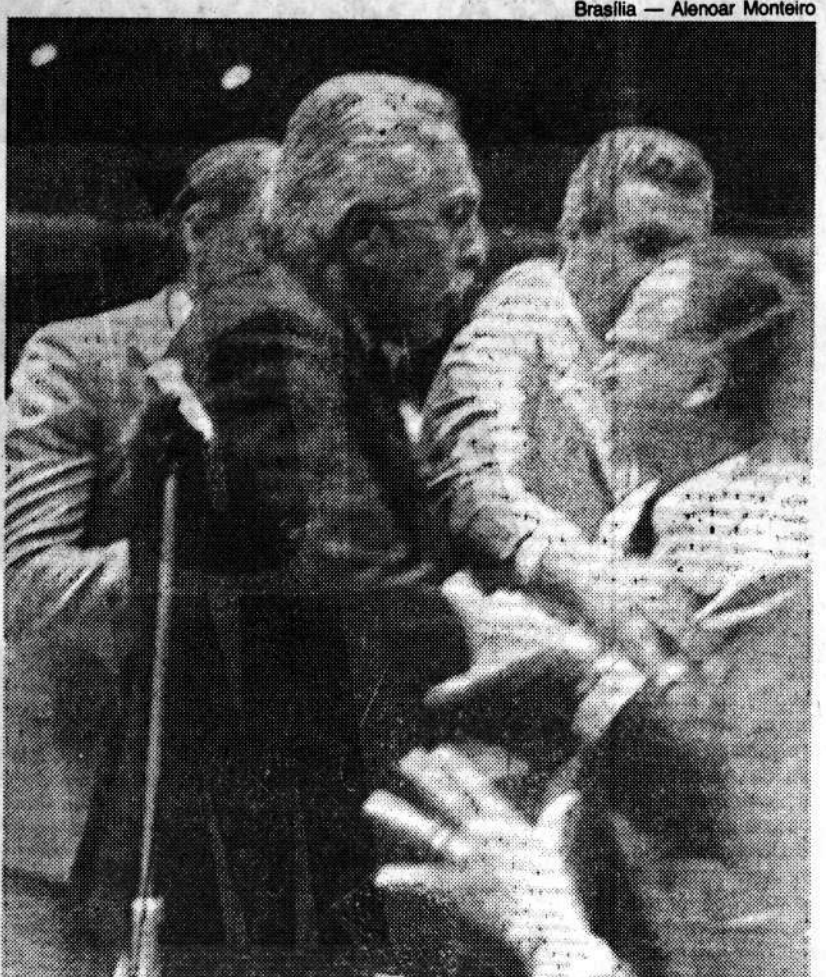
Um empurrão pela grandeza da Albânia

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) agrediu, com um tapa no peito, o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), agitando o final da sessão plenária da Constituinte, que, até aquele momento, transcorria na mais completa monotonia, com os deputados falando no "pinga-fogo" — discursos de apenas cinco minutos sobre temas diversos.

O incidente começou quando estava na tribuna o líder do PFL, José Lourenço. Respondendo ao discurso do deputado Haroldo Lima, líder do PC do B — que acusou de fascistas os articuladores do movimento do Centro Democrático — disse que o partido de Lima era ligado à Albânia, "um país do tamanho de Alagoas".

Sabendo que Haroldo Lima tem o pavião curto, o deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA) chegou a aconselhá-lo: "Não aceita provocação". Lima ainda se segurou por alguns instantes. Mas quando Lourenço disse que o líder albanês Enver Hodja, antes de morrer, pediu desculpas a Deus, o deputado comunista partiu para o microfone de apertar. "Vossa Excelência é um mentiroso e, além disso, um corrupto", gritou.

Nesse instante, o deputado Ricardo Fiuza, bem mais forte que Haroldo Lima, agrediu-o com um misto de empurrão e tapa no peito.



Comparação com Alagoas fez Lima (D) perder a calma

Brasília — Alenair Monteiro